

CIDADE MARAVILHOSA? FAVELAS CARIOCAS E O DISCURSO ASSISTENCIALISTA
(1940-1950)

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Historiadora (UFF), Arquiteta (UFRJ) e mestrandia em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo EESC-USP

As décadas de 1930 e 1940 no Brasil assistem a um acirrado debate sobre a morada popular, possibilitado em certa medida, pelo novo olhar que é lançado ao pobre urbano pelo Estado. Debater o local e a forma de habitação das camadas trabalhadoras foi viável porque ideologicamente o pobre era agora transformado no trabalhador da nação. Os ideais de moradia e capacidade produtiva foram amalgamados quando se deixou de entender os populares como párias da sociedade, mas como irrevogáveis protagonistas. Popular significava produtor das riquezas do país, precisando, entretanto, segundo a nova ótica, organizar-se, aprender as sociabilidades condizentes com seu papel na sociedade. A casa, o lar, assume central papel pedagógico, cujos espaços eram formativos deste homem.

Partindo da idéia de que não havia um povo antes de sua ação, o Estado Novo forja o “verdadeiro” trabalhador, apagando vestígios das práticas culturais diferenciadas e reforçando os ideais de unidade, coesão e poder coletivo. O povo brasileiro era agora visto como portador de potencialidades e necessidades, as quais deveriam ser atendidas, para que suas reais virtudes pudessem vir à tona. Tais virtudes, bem guardadas durante anos, escondiam os valores da nossa nacionalidade. Fazia-se necessário “restaurar” a sociedade brasileira, retirando-a do seu estágio de natureza, isto sendo feito através da organização do poder político. O pobre urbano não era mais o alvo das ações policiais e repressivas tão comuns ao cenário da República Velha. Se até 1920 a questão social foi vista como uma questão policial, a partir de 1935 ela definia-se como uma questão política (GOMES, 1988).

O problema do crescimento das cidades e da falta de moradia já assolava as principais capitais do país nos anos 1940, e o Rio de Janeiro, na condição de capital, estava no epicentro deste fenômeno. A cidade contava em 1948 com cerca de 280.000 pessoas habitando nas 119 favelas cariocas, espalhadas pelos morros, encostas, praias e ilhas (PDF, 1949). A questão da pobreza urbana e da ocupação ilegal de determinadas áreas da cidade, embora já fosse merecedora de grande destaque desde o início do século XX, a partir de então, ganha maior notoriedade. É o que se verifica nas palavras de uma assistente social:

No Rio, cidade de coloridos e galas exuberantes, a luz forte que ressalta a graça inconfundível de uma natureza inigualável, faz da favela um grito ainda mais dissonante, que se destaca na afinação maravilhosa de tanta riqueza e graça.

Talvez seja por isso que nossas favelas pareçam mais miseráveis e sórdidas que todas outras (SILVA, 1942:7,8).

Ou ainda, no dizer de outra assistente social alguns anos depois:

As favelas do Distrito Federal crescem assustadoramente tirando toda estética da cidade e ameaçando fazer da capital do Brasil a cidade que tem o maior número de desajustados (VALENÇA, 1953: 12).

Uma significativa camada da população migrava para as cidades engrossando as fileiras da pobreza, ou melhor, das moradias auto-construídas. Para a intelectualidade de então, a atuação junto a tais grupos, antes marcada por repressão física e remoções drásticas caminhava no sentido da reeducação de um povo carente, miserável e desajustado. O que se testemunha a partir dos anos 1930 é um duplo fenômeno: o regime varguista aproxima-se do povo através de instrumentos sociais e a Igreja católica conquista cada vez mais espaço junto à sociedade. Entendendo que a crise da sociedade atribuía-se a uma crise de ordem moral, os setores religiosos defendiam o restabelecimento da ordem nacional através da educação, que deveria ocorrer em diversas instâncias.

A Igreja como educadora buscará a mobilização da opinião pública católica, organizando o movimento católico leigo em torno do ideal comum de recristianização. Tem início a partir de 1935, um processo de constituição de uma classe profissional - a dos assistentes sociais – que iria adquirir progressivamente um papel legítimo de conhecedor do povo brasileiro. A questão social investe-se de conteúdo religioso e os agentes sociais seriam um instrumento a serviço do apostolado social, visando a recristianização do mundo. Era possível ao laicato católico, a partir da criação do Serviço Social, cumprir o mandato de Cristo para construir um mundo fraterno e justo (REIS, 1998: 88).

O trabalho de assistente social constituiu um mercado em grande expansão incapaz de ser suprido pelos profissionais existentes. A partir da década de 1940 são criadas diversas instituições de assistência ao trabalhador, cada qual cobrindo um setor de suposta carência: LBA - Legião Brasileira de Assistência (1942), SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), SESI – Serviço Nacional da Indústria (1947) e Fundação Leão XIII (1946), entre outras. A Prefeitura do Distrito Federal foi uma das grandes empregadoras dos assistentes sociais. Havia demanda por trabalhos sociais nos hospitais e ambulatórios, cujos pacientes eram parte de um inquérito regular, com o objetivo de promover educação sanitária. De fundamental importância foi a criação da Fundação Leão XIII, instituição cujo objetivo era prestar assistência material e moral aos moradores das grandes favelas do Rio de Janeiro. Para tal, criaram-se os Centros de Ação Social (CAS) que, instalados no seio das favelas, ofereciam serviços como posto médico, jardim de infância, curso de alfabetização de crianças e adultos, aulas de corte e costura, de trabalhos manuais e fornecimento de refeições, além dos trabalhos de serviço social de casos (MESQUITA, 1985).

É nítido o aumento da oferta de emprego e, se em um primeiro momento, até cerca de meados dos anos 1940, importava que os assistentes sociais estivessem imbuídos de um espírito vocacional e de apostolado social, num segundo momento, com o quadro institucional fortalecendo-se, cabia

dotar os profissionais de conhecimentos técnicos e não somente de sólidos valores morais. A priorização da questão social demandava a ênfase nos aspectos técnicos para que o trabalho assistencial fosse eficiente. Inicia-se o processo de criação das Escolas de Serviço Social, fornecendo um ensino especializado e de fato formando profissionais. Em 1949 já eram 15 escolas de Serviço Social em todo país, quase todas de doutrina católica e filiadas à União Católica Internacional de Serviço Social - UCISS. O então Distrito Federal é que assiste à maior profusão de escolas, fundadas nesta seqüência: 1937 – Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar; Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro; 1940 – Escola de Serviço Social da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1943 – Serviço Social das Universidades Católicas, depois incorporada ao Instituto de Educação Familiar e Social, hoje PUC-Rio; 1944 – Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, conhecida como a escola da prefeitura, hoje pertencente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 1944 – Escola de Serviço Social de Niterói, atual Universidade Federal Fluminense (BOABAID, 1979).

Fazia-se necessário legitimar a intervenção no social – já requerida e promovida pelo Estado - através da doutrina social da Igreja, cujos agentes, mais uma vez, eram os profissionais da área, que atendiam ora pelo nome de visitantes sociais, ora por agentes sociais, até finalmente serem consagrados como assistentes sociais.

Em paralelo à formação dos assistentes nas Escolas e nas diversas instituições, os profissionais deram início aos propósitos de educar o povo, na tentativa de efetuar a apregoada justiça social. Para tanto, era necessário levantar minuciosamente as condições de vida dos habitantes das favelas e cortiços – os “desajustados sociais” – para que surgisse um diagnóstico e posteriormente a proposição da solução de cada caso.

É o que fez Maria Hortência Silva (1942), cujo trabalho acabou por ser publicado pela Prefeitura do Distrito Federal, através da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, fruto de seus estudos como estagiária da prefeitura da favela do Largo da Memória. Esta, localizada no bairro da Gávea, passou a ser submetida à ação da Prefeitura quando esta “tentou resolver [seu] problema”. Foi feito em 1940 um inquérito minucioso, onde apurou-se que 50% da população era de operários e 25% doméstica, restando um número “nada anormal” de homens que não trabalhavam. Concluiu-se também que, para uma favela, os casos de miséria eram bastante razoáveis, entre 8% e 10%, e que quase a totalidade dos barracos, nos quais vivia uma média de seis pessoas, era de propriedade de seus habitantes (SILVA, 1942: 43, 44).

Estes dados teriam sido, então, fundamentais para a decisão de desmonte da favela, cujo processo teve início em 1941¹. Foram convocadas estagiárias às quais foi explicado que esta era “a grande oportunidade que se abria ao Serviço Social e que [este] não poderia perder esta ocasião de mostrar sua eficiência”, num discurso que claramente preocupava-se com a legitimidade da

profissão. Às assistentes sociais era agora confiada uma tarefa e, sendo realizada a contento, o campo de ação poderia estender-se ainda mais (SILVA, 1942: 45).

Às estagiárias coube um duplo papel: fixar plantão em um escritório localizado na própria favela e percorrer barraco por barraco levantando as condições de moradia e de vida dos moradores. A estes eram oferecidas algumas opções quando do desmote: 1. voltar para o interior; 2. ir morar no subúrbio, em terrenos próprios ou em casa de parentes; 3. comprar um terreno a prestação; 4. alugar cômodos em casas coletivas, no mesmo bairro. A única opção que não estava colocada foi aquela que aconteceu: os moradores reagiram, e o desmote, já iniciado, foi suspenso. As casas já demolidas foram reconstruídas.

Mesmo com a suspensão da demolição, as assistentes sociais “não abandonaram seus protegidos” e continuaram trabalhando através de programas de reajuste jurídico, de saúde, social e educacional (SILVA, 1942: 60). Isto feito sob o argumento de que os pobres precisavam de educação para que saíssem das condições em que se encontravam, de modo a se “reajustarem” socialmente. A atuação das assistentes vai exatamente ao encontro das mais aclamadas doutrinas de Getúlio Vargas nas quais o pobre era investido de dignidade e honestidade:

(...) nem sempre o favelado é malandro; o mais das vezes, é somente a luta pela vida, a miséria, a moléstia e fome que obrigam o indivíduo até a favela (SILVA, 1942: 61).

Mas, mesmo não sendo malandro, precisava ser educado:

(...) o ponto visado é suprir a anomalia que impede o indivíduo e os que dele dependem de preencher as funções que lhe competem na sociedade.

Se para alguns ela não consegue remover totalmente a dificuldade, pode para todos ameniza-la.

O grosso do trabalho é educar, pois a ignorância está na raiz de todos os males que afligem o nosso povo (SILVA, 1942: 64).

Os profissionais de serviço social pareciam ter convicção de que recebendo educação, os valores das camadas populares transformavam-se, e quem antes gostava apenas de samba, passa a entender que a vida de trabalho era mais dignificante. O artigo *Serviço Social no Morro da Providência (Favela)*ⁱⁱ apresentado ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social ilustra com maestria este ponto de vista: a filha de Seu Bagunça era uma grande sambista do morro e “lisonjeava tôda vaidade e amor de pai” e as assistentes sociais perceberam nela um grande potencial diante de seu interesse em transformar-se em enfermeira. Tendo conseguido a filha realizar este sonho, Seu Bagunça julgou que tão “elevado cargo” era incompatível com o posto de Porta-Estandarte da escola de samba Firme-Firme e espontaneamente concordou em escolher outra moça “com predicados de beleza e porte adequados” para a função.

Uma vez adquirindo alguma instrução, os próprios habitantes das favelas “cuja vida se organiza como se o mundo cá embaixo não existisse, a malandragem é uma profissão regularizada,

e o samba um meio de vida” (SILVA, 1942: 11) percebiam que havia um outro mundo, fora das favelas.

O instrumental das assistentes para atingirem seus objetivos era a educação, mote do discurso de reajustamento social, do “trabalho profundo de reeducação” (CHAGAS, 1946: Introdução). Este somente teria efeito se atendessem à família. Esta deveria ser contemplada em sua totalidade, para que com os seus elementos ajustados pudesse contribuir para o engrandecimento da nação.

Esta visão advinha da formação católica que apregoava a família como o núcleo primeiro e principal da sociedade. Ela era a primeira “célula social” na qual os valores morais seriam aprendidos e consolidados, sendo a base da vida em grupo e da estrutura social (LIMA, 1949). A família era entendida como aquela nuclear em que o pai, chefe da família, era o responsável pelo sustento do lar. A mãe, essencialmente vocacionada para os serviços domésticos, era peça chave na organização do lar, podendo eventualmente ser operária, e os filhos eram os futuros trabalhadores. A cada um destes elementos cabia um dado papel, que no ver das autoridades intervencionistas, não estava sendo devidamente cumprido, fruto da crise moral, social e econômica que assolava a sociedade urbano-industrial:

Família, que só vive da dedicação recíproca de seus membros, era por toda parte dilacerada pela invasão crescente do egoísmo. O estabelecimento do divórcio em muitos países, as idéias novas sobre a pretensa independência da esposa em relação ao marido, dos filhos em relação aos pais, dos empregados em relação aos patrões, correspondia a um abandono sempre mais alarmante do lar pelo esposo infiel, dos filhos pelo pai e quicá pela mãe desidiosa, e a um trato cada vez mais desumano dos patrões em relação aos empregados (SOUZA, 1944: Introdução).

Maria Célia Paoli (1992: 17-41) destaca a importância da família operária para o contexto da formação do trabalhador brasileiro. Para a autora, o Estado, ao legislar sobre o trabalho, passa a intervir na esfera privada, normatizando suas experiências coletivas familiares fora do ambiente da fábrica. Até os anos 1920 o empresariado dependia da exploração intensiva de seus trabalhadores para manter e/ou aumentar os lucros de sua produção, seja através de longas jornadas, seja por dias e dias de trabalho sem pausas. Quando são aprovadas as leis de férias, assegurando ao trabalhador um tempo livre, a grita geral era de que estas iriam provocar a dissolução do caráter do trabalhador, permanecendo horas na rua e os vícios seriam armadilha fácil. O modelo fábrica-vila proletária era um modo de normatizar a vida do operário de modo mais direto. Através da contundente desqualificação do seu modo de vida – como a habitação (insalubres, anti-higiênicas, promíscuas) – queria-se disciplinar todas as dimensões de sua existência.

A conformação do Estado getulista regulamenta, na esfera estatal, as relações de compra e venda de mão de obra, trazendo para o campo político as relações da família trabalhadora. Mas o modelo de exploração familiar continuava intacto: se na República Velha a cooptação do trabalho se dava através da garantia de que toda família estaria produzindo para a fábrica, no regime estadonovista as legislações individualizavam os direitos, no qual cada pessoa era uma “célula vital

do organismo pátrio”, mas não garantiram que mulheres e crianças saíssem do mercado de trabalho, ou seja, que toda família se envolvesse no processo produtivo das indústrias.

O discurso moralizante das assistentes sociais insistia repetidamente nos papéis ideais e tradicionais de cada membro da família, com a mulher dentro do “sagrado lar”, cujo objetivo último era transformar-se em educadora familiar (CHAGAS, 1946). Era através da família – “célula política primária” – que se atingia mais facilmente o homem, e era através dela que o progresso material e moral do país tomaria corpo.

A família operária sem um lar jamais estaria completa: “casa e família eram praticamente a mesma coisa” (GOMES, 1988: 264). Acreditava-se que o meio influenciava diretamente o comportamento dos trabalhadores e que só através da reformulação de seus lares, da sua organização, seria possível atingir os propósitos de construção da nação.

Se a família é o meio natural a formação do homem, a casa é o ambiente natural a vida familiar (SOUZA, 1944: 2).

As condições de moradia encontradas pelas visitadoras sociais nas favelas do Rio de Janeiro eram qualificadas como sendo da pior espécie e taxadas de altamente degradantes, incapazes de gerar uma “família”, segundo sua acepção do termo. O primeiro e maior problema detectado era a superlotação das habitações que levava geralmente, a uma alta promiscuidade, problema ainda mais grave, que significava a mistura de idade, sexo e estado civil em um só cômodo, sem qualquer distinção. Quanto maior a promiscuidade, pior era o nível moral. Promiscuidade era entendida como o inverso de espírito de família, já que as noções de pudor físico, moral ou de privacidade estavam definitivamente banidas das relações entre os moradores, o que tinha por consequência a dissolução dos costumes.

A superlotação levava a desavenças constantes entre os moradores, multiplicadores dos problemas morais e de saúde, gerando – porque o meio formava – malandros, malfeitores, péssimos pais de família, péssimos esposos, péssimos profissionais, péssimos cidadãos (CUNHA, 1948: 17).

O aspecto físico das habitações também era detratado, já que as casas estavam constantemente ameaçadas de ruir. Elas qualificavam-se em: 1. Barracos: construções em madeira, frágeis, anti-higiências, não oferecendo proteção contra o vento, chuva, sol e umidade; 2. Casebres: pequenas habitações em tijolo, sem oferecer abrigo contra as variações barométricas, higrométricas e climatéricas; 3. Pau-a-pique: construções muito resistentes ao tempo, tendo inclusive especialistas na técnica; 4. Bambu: não poderá ser chamado de casa, também não é habitação, aproxima-se mais de um galinheiro (CUNHA, 1948: 18-19).

As preocupações estéticas com a casa por parte das assistentes sociais refletem mais as questões morais, centradas em um grande debate que vinha desde a República Velha, de higienização e de adaptação às nossas condições climáticas. Havia, para alguns teóricos, a

afirmação de que a arquitetura era uma expressão de seu meio e um fenômeno geográfico. Aloísio Bezerra Coutinho (1930), em tese sobre habitação higiênica, argumenta que a casa era tida como principal foco de doenças, e que esta precisava dar proteção sanitária em moral à família.

Este é um debate que tem eco nas primeiras décadas do século XX e que ainda são passíveis de serem encontrados nas argumentações de profissionais de serviço social, em fins da década de 1940. Isto, claro, reflete as preocupações mesmas que são passadas através das disciplinas dos cursos de formação profissional: havia aulas de higiene social, mental, profissional, coletiva e da criança (BOABAID, 1979: 71). As questões morais eram de grande importância e descrever que tipo de habitação era encontrada nos morros do Rio significava mostrar o quão moralmente desvalidos estavam os nossos trabalhadores, e o quanto era importante transportá-los para condições melhores. A favela em raros momentos é compreendida como uma das estratificações do desenvolvimento técnico do século XX. A fala veicula-se no sentido de classificar e taxar negativamente as expressões populares de habitação, sempre para provar o quanto eram inadequadas.

Interessante notar que ao assumirem o papel de conhecedoras empíricas do ambiente de moradia do proletariado, posto arduamente galgado em cada subida aos morros da cidade, as assistentes assumiam também o papel de conhecedoras do ambiente ideal de moradia a ser proposto aos trabalhadores. Para a constituição do lar operário havia ingredientes que deveriam ser contemplados, em nome da constituição da boa família brasileira, aquela mesma responsável pelo futuro da Nação. Na medida em que os assistentes sociais, nos seus relatórios de atividades dignificavam e elegiam o lar burguês como modelo familiar, e por outro, desqualificavam o modo de viver das camadas populares, estavam forjando concepções do cotidiano nas favelas e nos cortiços de cidade. Nos é dado decodificar nos interstícios da escrita seus modelos de compreensão da cidade e das formas de habitar do povo. Não nos coube determinar se tais modos de vida de fato existiriam na condição em que nos foram apresentados pelos profissionais, mas sim entendê-los como uma representação do social, um produto das estratégias e práticas de imposição da autoridade intervencionista.

Bibliografia

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- BOABAID, Jeani Martha. *Contribuição para o estudo das escolas de serviço social do antigo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro (1937-1947)*. Dissertação (Mestrado em editoração) - Escola de Serviço Social, PUC-Rio de Janeiro, 1979.
- CHAGAS, Ruth. *Educação familiar e serviço social*. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Social do Rio de Janeiro, 1946.
- COUTINHO, Aloísio B. *O problema da habitação higiênica nos paizes quentes em face da "Architectura Viva"*. Rio de Janeiro: Alba Graphics, 1930.

- CUNHA, Maria Célia G. da. *Repercussão do problema da habitação proletária na estabilidade familiar*. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Social do Rio de Janeiro, 1948.
- FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios do exercício de 1949*. Rio de Janeiro: A Fundação, 1950.
- GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. São Paulo: Iuperj / Vértice, 1988.
- _____. O trabalhador brasileiro. In: LIPPI, Lucia O; GOMES, Angela; VELLOSO, Monica. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez / CELATS, 1982.
- LIMA, Alceu Amoroso. Conferência. In: *ANAIS DO II CONGRESSO PAN-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL*. Rio de Janeiro: 2 a 9/7/1949.
- MESQUITA, Reny Rastoldi. *Contribuição ao estudo do processo de organização da categoria profissional de assistente social no antigo Distrito Federal – 1936-1954*. Dissertação (Mestrado em editoração) - Escola de Serviço Social, PUC-Rio de Janeiro, 1985.
- PAOLI, Maria Célia. A Família Operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, 1992, n. 4 (1-2), p. 17-41.
- _____; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura dos acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- PDF. *Censo das Favelas – aspecto geral*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança / Depto de Geografia e Estatística, 1949.
- REIS, Tatiana Rangel. *A Construção histórica da identidade do profissional de serviço social no Brasil: anos 40 e 50*. Dissertação (Mestrado em editoração), Escola de Serviço Social, PUC-Rio de Janeiro, 1998.
- SANTAMARIA, JULIA DOMINGUES Y. Serviço Social no Morro da Providência (Favela). In: *ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL*. São Paulo: Centro de Estudos e Ação Social /O Centro, 1947.
- SILVA, Maria Hortência. *Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal / Gráfica Sauer, 1942.
- SOUZA, Julieta Coelho de. *Alguns aspectos do serviço social na organização da família operária*. Trabalho Conclusão de Curso – Instituto Social do Rio de Janeiro, 1944.
- VALENÇA, Maria José. *Como trabalhar numa favela carioca através da experiência da Fundação Leão XIII*. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Social do Rio de Janeiro, 1953.
- VAZ, Lilian. Do cortiço à favela: um lado obscuro da modernização da cidade do Rio de Janeiro. In: SAMPAIO, Maria Ruth A. (coord.) *Habitação e Cidade*. São Paulo: Fapesp, 1998.

ⁱ A questão envolvida no caso desta favela era que a área pertencia à prefeitura, justamente numa parcela da cidade que passava por um processo de grande valorização imobiliária. As classes mais abastadas foram paulatinamente conquistando terrenos junto ao mar – Copacabana, Ipanema, Leblon – e conseqüentemente, seus bairros adjacentes, que antes eram notadamente proletários, tais como Jardim Botânico e Gávea que tornaram-se, progressivamente, alvo de moradia da elite. As favelas que se constituíram nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas atraídas pelas indústrias ali localizadas foram, a partir de 1940 até os anos 1970, sendo despejadas, desmontadas até serem extintas (ABREU, 1997).

ⁱⁱ (SANTAMARIA, 1947). Esta teria sido, de acordo com a história urbana a primeira favela do Rio, dando inclusive origem ao nome, tendo sido formada pelos combatentes da Guerra de Canudos. Há, entretanto, notícias de outras favelas da cidade desde inícios do século, sendo esta uma história por escrever-se (VAZ, 1998).